

Maria Augusta de Castilho*
Vanuza Ribeiro de Lima*

O VARADOURO DE CAMAPUÃ: MONÇÕES, TERRITÓRIO, HISTÓRIA E IDENTIDADE

Resumo: A Rota das Monções, fase importante da entrada brasileira no território americano, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período os monçoeiros percorriam três mil e quinhentos quilômetros por água, e na metade desse trajeto atravessavam por terra treze quilômetros no Varadouro de Camapuã, para chegar às minas de ouro de Mato Grosso. Os irmãos Leme da Silva fizeram do lugar um entreposto de abastecimento aos monçoeiros, com a produção de gêneros agrícolas e alguns animais para abate. O objetivo desse artigo consiste em analisar o varadouro de Camapuã no contexto das monções, a partir de levantamento histórico do período e reconhecer se existem elementos de desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: fazer o levantamento histórico da rota das monções no município de Camapuã a partir da historiografia existente; enfatizar, dentro da tradição oral, os elementos culturais que correspondentes ao movimento monçoeiro; destacar a identidade local, o território e o desenvolvimento local em Camapuã.

Palavras-chave: Rota das monções. História. Identidade.

Abstract: The Route of the Monsoons, important phase of the Brazilian entrance in the American territory, occurred between centuries XVIII and XIX. In this period the monçoeiros covered three a thousand and five hundred kilometers for water, and in the half of this passage they crossed for land thirteen kilometers in the Varadouro de Camapuã, to arrive at the gold mines of Mato Grosso. The brothers Leme da Silva had made of the place a warehouse of supplying to the monçoeiros, with the production of agricultural sorts and some animals for abate. The objective of this article consists to analyze the varadouro of Camapuã in the context of the monsoons, from historical survey of the period and to recognize if elements of local development exist. The specific objectives are: To make the historical survey of the route of the monsoons in Camapuã from the existing writing of history; to emphasize, inside of the verbal tradition, the cultural elements that correspond to the monçoeiro movement; e to detach the local identity, the territory and the local development in Camapuã.

Keywords: Route of the monsoons. History. Identity.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, com graduação em História e atualmente é professora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande - MS.

* Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande - MS. É graduada em história e atualmente é professora da Rede Municipal de Ensino no município de Camapuã - MS.

Introdução

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado de autoria de Vanuza Ribeiro de Lima e de sua orientadora Maria Augusta de Castilho, cuja pesquisa versa sobre o varadouro de Camapuã no contexto das monções. O termo monção utilizado, no Brasil, para designar os ventos alternados que determinavam as épocas de navegação rumo ao interior do país em busca de ouro. Entretanto, a descoberta das minas de Caxipó Mirim marcou o ponto de partida para a história das monções, precedida pelas empresas bandeirantes, em que os rios constituíam obstáculos à marcha. A fase das monções ocorreu nos séculos XVIII e XIX, acompanhando uma rota fluvial compreendida entre as atuais cidades de Porto Feliz (São Paulo) e Cuiabá (Mato Grosso).

Nesse período, os monçoeiros, que em sua maior parte eram paulistas, percorriam três mil e quinhentos quilômetros por água. Na metade desse trajeto, atravessavam por terra treze quilômetros no varadouro de Camapuã, para passar da bacia do Paraná à bacia do Paraguai, e, finalmente, chegar às minas de ouro de Mato Grosso. As viagens eram consideradas perigosas e contavam com obstáculos, a começar pela precariedade de locomoção. A princípio as viagens eram realizadas em canoas de casca, só depois de constantes perdas passaram a utilizar canoas com instalação de toldos.

A fazenda Camapuã - atualmente um município do estado de Mato Grosso do Sul - foi fundada pelos irmãos Leme da Silva. Esses exploradores fizeram do lugar um entreposto para o abastecimento de passantes - em sua maioria, navegantes - de monçoeiros a autoridades diversas. No local, havia a produção de gêneros agrícolas e animais para abate e transporte das canoas. Em sua condição de fenômeno de grande importância para a história de Camapuã, a historiografia sobre o movimento monçoeiro é carregada de marcas ideológicas, pois privilegia o grande herói que desbrava os sertões perigosos e enfrentava os índios bravios. Ora, nos dias de hoje, os encontros interétnicos subentendem outros olhares e perspectivas, formas de luta e de aprendizado mútuo por todos os participantes do processo.

O texto analisa o fenômeno do varadouro de Camapuã principalmente no contexto historiográfico local e do imaginário coletivo da população. Para tanto, os objetivos específicos deste estudo contemplam o levantamento histórico da rota das monções no município de Camapuã, com base na historiografia clássica de alguns autores, sobre o movimento monçoeiro; por outro lado, o conjunto dos dados obtidos serviu como referência para o estudo do processo de construção da identidade local e do território camapuanense.

A metodologia de análise foi de natureza quali-quantitativa, com ênfase nos fatores qualitativos. O método histórico implica procedimentos que buscam reconstruir o passado da rota das monções e sua influência na construção da identidade local.

O estudo no contexto deste artigo aborda principalmente as obras sobre as monções encontradas na Biblioteca Municipal de Camapuã, por isso, as obras clássicas sobre as monções estão permeadas no texto, mesmo porque o objetivo não é contemplar única e exclusivamente a história das monções no conjunto da historiografia brasileira.

Território: aspectos culturais

O território pode ser compreendido a partir do espaço, uma que este é o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, territorializando o espaço.

O estudo e a explicação de uma sociedade devem estar relacionados a dados elementares da história: o espaço e o tempo. Eles estão conectados por realidades ao mesmo tempo estruturais e palpáveis, no vivido. São conhecidas como estruturas espaços-temporais. Muda em um espaço durante algum tempo. E ainda que se viva no próprio lugar, continua nesse lugar durante um determinado tempo. Assim, encontra-se um dos quadros da história, além disso, conta-se com um entrelaçamento dos vários tempos e dos diversos espaços (LE GOFF, 1998).

Nessa perspectiva o espaço é anterior à ação, um local de possibilidades, realidade material anterior ao conhecimento e a prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar de um espaço. O território se apóia no espaço, tanto por conta da produção a partir do espaço, como por causa das relações que envolvem e se inscrevem num campo de poder (RAFFESTIN, 1993). Sob esse prisma, Gonçalves (2002, p. 230) evidencia que:

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para construir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização - enseja identidades - territorialidades que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social. Estamos longe, pois, de um espaço - substância e, sim diante de uma tríade relacional território - territorialidade- territorialização.

O senso comum aponta, muitas vezes, o território somente como substrato físico, entretanto este é visto aqui como objeto de apropriação e se dá no âmbito do vivido. A apropriação acontece quando há relações entre os membros que mantêm relações entre si e o meio que os envolve, nesse sentido o meio envolvente pode ser uma sala de aula, uma cidade, um país, ou até mesmo uma comunidade em rede de computadores, com participantes em várias partes do mundo. Com a apropriação, a vivência e a identificação com o território, se apresentam à territorialidade, que é justamente o território vivido.

Santos (1994, p.16), destaca que: “território são formas, como também objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Em outras palavras, o território atual é marcado pelo cotidiano compartilhado de acordo com as regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Nesse caso, o uso de informação tende a se generalizar, em compensação quando os cotidianos são impostos de fora, tem-se o domínio de forças, que são localmente postas pelo outro.

Yi-Fu Tuan (1976), na perspectiva humanista alegou que algumas espécies de animais defendem seu espaço vital contra os intrusos e parecem ter um sentido de território. Entretanto, ao se utilizar esse ponto de vista é importante perceber como a territorialidade humana e as ligações ao lugar se diferem daquelas das criaturas menos carregadas com a emoção e pensamento simbólico. Nesse sentido, as pessoas são capazes de manter o território como um conceito, contemplar mentalmente o seu formato, incluindo aquelas partes que não podem correntemente perceber.

Souza (1995, p. 84) afiança que:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutável - pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com os espaços físicos, concretos, mas com o território.

Pela afirmação anterior é possível identificar, no movimento monçoeiro, a re-territorialização da fazenda Camapuã, visto que naquele local havia a existência do grupo indígena dos caiapós, estes formavam sua territorialidade por meio de sua cultura, vivência, organização social, economia, ou seja, seu modo de vida reconhecido como território por contemplar essas características. A partir do estabelecimento da fazenda naquele território dos caiapós, e a formação de uma nova territorialidade com a construção de casas, início da

produção agrícola e pecuária, a própria organização social, e de seu modo de vida em Camapuã, favoreceu a geração de raízes - a identidade do grupo que ali vivia. Uma outra territorialidade a ser considerada é a dos monçoeiros, em suas expedições, uma vez que estabeleciam laços entre eles, em nome das expedições que eram realizadas. Com a convivência dessas pessoas havia também uma organização social, a qual contava com uma hierarquia (a organização das expedições contava com o capitão, aqueles que recebiam para acompanhá-lo, indígenas e escravos negros), um objetivo (chegar às minas de Cuiabá, e retornar), e uma economia (faziam comércio com seus produtos e com o ouro, além da caça e pesca para o auxílio suplementar). Assim, as marcas do varadouro ficaram no imaginário popular, o que fortalece as relações no território atual do município de Camapuã.

Identidade e as relações sociais

A história do conceito de identidade é marcada por aspectos que variam segundo o período e o local, de acordo com os valores coletivos e realidades sociais mutantes, ou, em outras palavras, conforme as variações culturais ocorridas no âmbito de uma dada comunidade (definida por gêneros, idade ou condições sócio-econômicas, por etnia, crenças ou categorias de trabalho, em âmbito local, regional ou nacional). Stuart Hall (2004) propõe três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, baseada no indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado da razão; a do sujeito sociológico, a qual reflete a idéia de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas; e a do sujeito pós-moderno, a qual espelha mudanças estruturais e institucionais que tornam o processo de identificação instável e provisório, tornam a identidade transitória e inconstante. De acordo ainda com Hall (2004), a necessidade (individual e coletiva) de identidade decorre da falta de continuidade que caracteriza a fragmentária existência humana.

Assim, a identidade social é formada em um processo de aprendizagem cultural, a qual são encontrados processos sócio-psicológicos de assimilação dos valores que são recebidos, tanto do grupo, quanto de fora dele, a partir de então se criam novos valores. Dessa forma, a construção da identidade é constante, ao se levar em conta à produção cultural como meio de identificação do próprio grupo em relação ao outro. Além disso, encontram-se as relações de poder e a própria cultura, pois existem as imagens e as representações intimamente ligadas entre si e simbolizadas pelas lutas de poder, entendida como um sinal social de um jogo

profundo da personalidade, característica de uma relação prolongada, do sujeito com o grupo e deste com o outro (SAINSAULIEU, 2001).

Em cada grupo podem ser encontrados um ou mais pontos de convergência da identidade, os quais se baseiam em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos que compõem a cultura de uma determinada sociedade. Le Goff (1998, p. 241) adverte que entre os problemas colocados a todas as pessoas está o da identidade pessoal e coletiva, e, por meio da história “se pode, de maneira mais adequada, conceber o seu conteúdo, sua importância e os seus objetivos: isso é algo essencial para os homens e as mulheres das nossas sociedades, de hoje e do futuro”. Nesse sentido, a história destaca-se como um ponto de convergência de extrema importância. Quando há uma história em comum, ou mesmo quando alguns indivíduos adotam a história de um lugar, estabelecem-se relações sociais mais profundas e o sentimento de pertença, que faz o indivíduo se sentir parte do todo, se fortalece, seja em um bairro, em uma cidade, estado ou país.

O autoconhecimento não é dissociado da necessidade de ser conhecido com suas particularidades pelos outros, e a identidade pode ser gerada quando se percebe as diferenças entre eles. Pollak (1992, p. 5) complementa ao estabelecer que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

O lugar integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia-a-dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo. Para se operar com essa abordagem da história importa compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladamente do mundo.

Camapuã: história e historiografia

Em Camapuã, a rota das monções surgiu no período em que o Brasil era Colônia de Portugal, na América, Nesse contexto é válido mencionar que a teia de relações, que deu origem ao território brasileiro tem uma ponta na Península Ibérica, contou com a presença de diferentes povos no decorrer do tempo, citam-se aqui os celtas, os iberos, os celtiberos, os romanos, os mouros dentre outros. Portugal quando chegou a se tornar Estado Nacional contava com a influência desses povos em sua história.

O contexto econômico revelava ainda uma forte influência sobre as relações entre os países da Península Ibérica. Na Europa, existia uma disputa por hegemonia, como consequência Portugal se lançou à oeste e alcançou as terras brasileiras, uma vez que os espanhóis detinham conhecimento sobre os caminhos para chegarem à América. Mas, mesmo antes de atingir esse objetivo, os portugueses já haviam conquistado a rota pela qual poderiam contornar a África. A estrutura econômica dos portugueses no século XVI era completamente diferente daquela vivida pelos indígenas. A idéia mercantilista, de acumulação de riquezas, era uma das principais preocupações dos europeus, essa foi outra característica a determinar as ações dos portugueses ao chegarem às novas terras.

Conforme Darcy Ribeiro (1995), os povos indígenas situados onde hoje é o Brasil tinham como seus representantes os povos de língua Tupi, Bororo, Xavante, Kayapó, Kaingang, Tapuia, Guaikuru, Payaguá, entre outros. Estima-se uma quantia aproximada de cinco milhões de ameríndios, estes possuíam na caça, pesca e agricultura a garantia de alimentação e matéria-prima para sua sobrevivência, cada etnia tinha sua compreensão particular de mundo e se organizava conforme seus preceitos. Este autor também descreve sobre as relações sociais existentes entre os portugueses e os indígenas e destaca o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à comunidade. Tal prática consistia em dar uma moça índia como esposa, assim que o marido a assumisse, estabelecia laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.

Outros elementos que fizeram parte da formação da sociedade brasileira foram os povos da África, continente que abrigava vários povos de cultura e organização diferentes. Durante a Antiguidade ali se desenvolveram impérios, reinos e tribos. Porém, a partir da expansão marítima europeia esse continente se transformou em uma vasta área de colônias, no qual os europeus exploravam os recursos naturais e a mão-de-obra, transformada em escrava, que servia também para abastecer as colônias de outras regiões. Parte desse contingente foi para a América, visto que cada grupo era separado ao chegar ao Brasil para não haver o problema de se unirem e formarem um movimento de revolta (RIBEIRO, 1995).

A sociedade colonial brasileira estava voltada para a monocultura, mão-de-obra escrava e latifúndio, essa forma de produção era destinada à exportação. O modelo de organização social criado a partir da colonização apresenta reflexos nítidos na formação do povo brasileiro. As características de mandatário atribuídas ao colonizador português em contraste com a das outras pessoas que viviam na sociedade colonial, como as mulheres, os indígenas e os africanos, estavam presentes nos sistemas econômico, social e político por meio do trabalho, da família, dos hábitos e da religião (FREYRE, 1933).

A estrutura colonial montada na casa grande e na senzala modelou a sociedade brasileira, no tocante à desigualdade social e a forte presença negra nas periferias das cidades. De acordo com Gilberto Freyre (1933) a base da economia era a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão e a união do português com a mulher índia eram incorporadas à cultura econômica e social do invasor.

A estratificação social, gerada historicamente, tem como uma de suas características a racionalidade, resultante de sua montagem como negócio que privilegia e enobrece a um grupo e aos demais subjuga e humilha. Sob essa perspectiva, o Brasil apresentava particularidades, o fato de receber ordens de Portugal, sua metrópole, caracterizava a estrutura sócio-econômica como tipicamente colonial. Assim, na colônia a divisão que compunha a sociedade neste período era a dos senhores, dos escravos e as camadas intermediárias. A primeira era dominante economicamente, socialmente e politicamente, formada pelos colonizadores, proprietários de terras e de escravos. A dos escravos, na base da estrutura social da colônia, encontravam-se negros africanos ou indígenas, de propriedade dos senhores que exerciam as atividades produtivas, constituindo as “mãos e os pés” do senhor (ANTONIL, 1972) e de acordo com as ordenações vigentes em Portugal e em seu Império Colonial, eram equiparados, para efeitos legais, a animais de carga. Darcy Ribeiro (1995, p. 143) afirma ser possível, no século XVII terem sido escravizados:

[...] mais que de 300 mil índios, levados para São Paulo e vendidos antes na Bahia e em Pernambuco. Essa captura de escravos se fazia, também, por intermédio de muitíssimos índios aliciados nas bandeiras. A proporção de índios para “Branco” nas bandeiras foi de setecentos para duzentos na de Cristóvão de Barros e de novecentos para 150 na de Antonio Dias Adorno, em 1574; e de mil para duzentos na mão na bandeira de raposo Tavares e as reduções jesuíticas em Itatim (1648).

Em tal contexto, José de Souza Martins (1990) destaca que no século XVIII, o governo de Portugal beneficiou o término da escravidão indígena visando defender o tráfico negreiro, pois esta atitude favorecia seus interesses econômicos e políticos. Entretanto, no Brasil havia a presença marcante do predomínio colonial, as terras estavam nas mãos da elite, a qual excluía os direitos sobre a terra das populações indígenas. Para Raymundo Faoro, (1998) os indígenas eram considerados estrangeiros, e deveriam ser mantidos como submissos, ou quando fossem vistos como ameaça, precisavam ser mantidos afastados.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1989), ainda nas expedições bandeirantes, estes encontraram ouro onde hoje é o município de Cuiabá, e se unindo ao fato da proibição da escravidão indígena, os paulistas começaram a explorar as minas deste lugar.

Para tanto, vários paulistas saíam de Porto Feliz, em São Paulo, e navegavam até o então povoado de Bom Jesus do Cuiabá, na província de Mato Grosso. Tal movimento ficou conhecido na historiografia como rota das monções, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, o trajeto dos expedicionários sofreu várias alterações. Entre os caminhos percorridos estava o da fazenda Camapuã, esta, por sua vez, serviu por mais de um século como sítio de abastecimento aos navegantes. Das nomenclaturas para este lugar estão também, sítio de Camapuã e varadouro de Camapuã, pois, além dos moradores produzirem gêneros para suprir os viajantes, também era onde as canoas “varavam” por terra treze quilômetros para completar as viagens.

Raymundo Faoro (1998) defende que as liberdades do povo esbarram-se na economia e na estrutura social, e, por meio da sociedade de classes, existem possibilidades de se alcançar um Estado liberal e democrático. Este autor refere-se à sociedade colonial brasileira como estamental, conservadora, oligárquica e patrimonialista¹.

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa realizada consiste em analisar o fenômeno do varadouro de Camapuã e das monções brasileiras no contexto do imaginário coletivo da população local, recorre-se às fontes textuais, produzidas por autores locais ou com alguma relação com o lugar, as quais têm em seu contexto a rota das monções e as lendas provenientes deste movimento. Os textos encontrados na Biblioteca Municipal de Camapuã refletem os valores das instituições e camadas sociais, que se utilizam o fator ideológico para promover mudanças, ou, como é mais comum continuidade. Por outro lado, os autores encontrados na biblioteca, ao escreverem suas obras, no mais das vezes, concordam com as idéias das instituições e camadas sociais dominantes, ou até mesmo se vêem na condição de manter as ideologias nas quais acreditam.

As obras foram selecionadas com base no conteúdo voltadas à rota das monções, e são distribuídos por data de publicação, aqueles sem data estão postos depois dos datados. Cada autor escolheu uma forma diferente para escrever como tema de uma ou mais poesias, a rota das monções, uns optaram por livros de poesias; outros por poemas, utilizando como base o cotidiano, a história e os contos populares; houve aqueles que escolheram a narrativa; e também a genealogia. Independentemente da forma que foram escritas, e mesmo do conteúdo ideológico, cada um desses trabalhos contribuem no sentido de auto-afirmação da identidade

¹ Rubens Goyatá Campante (2003, p. 182-183), assinala que “patrimonialismo é um conceito referente ao poder estatal. É preciso haver um Estado para haver patrimonialismo”. O predomínio patrimonial tem sua validade fundamentada em um domínio amalgamado por existir durante muito tempo. Nesse contexto, o modelo de autoridade é a patriarcal, o poder hereditário, sujeito aos caprichos do dominador. Dessa forma a comunidade doméstica era estendida a política, em que se usava uma ilusória piedade para unir dominantes com dominados.

do camapuanense, pois o habitante da cidade passa a se reconhecer no processo histórico e cultural da cidade, cada uma dessas obras traz a vontade, por parte da própria comunidade, em registrar o conhecimento que tinham e aquele que pesquisaram, nessa busca de reconhecimento com o lugar.

A seguir estão contempladas as obras dos autores que podem ser encontrados na biblioteca municipal.

▪ **Revivendo os caminhos** - a obra *Revivendo caminhos* de Cacildo Inácio (1986, p. 7) o “aprendiz de poeta”, como foi declarado na abertura do livro, é filho de fazendeiros de Camapuã - MS, proveniente daquela amálgama de sangues indígenas, portugueses, bandeirante-paulistas, no caminho das monções, e de mineiros. Nasceu em Campo Grande - MS, contudo, morou metade de sua vida em Camapuã. Quando lançou o livro, era formado pelas Faculdades de Ciências e Letras de Mato Grosso, e professor técnico da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. Entre as idéias encontradas no texto, existem referências à família, a momentos da vida e a relacionamentos. Para a publicação, o autor contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Camapuã, alguns professores, entre outros amigos do poeta. Entre as poesias de Cacildo Inácio (1986, p. 81), foi selecionada *Camapuã minha terra*, pois nela é encontrada uma menção a rota das monções.

Nessa poesia existe a relação afetiva com o lugar, a qual remonta a saudade da infância, das amizades de um tempo que se foi, e de um lugar, cuja história é fundamental ser lembrada, porque é parte da vida das pessoas que dividiram aquele tempo e a concepção de história existente ali. Nessa perspectiva, relembra alguns aspectos para a satisfação das necessidades humanas fundamentais, como o afeto pelo lugar e amigos; a criatividade, desenvolvida nas brincadeiras e conversas de criança, sem contar a própria criatividade de escrever uma poesia sobre Camapuã. Há um destaque para a identidade, que fornece ao indivíduo e a uma sociedade pressupostos de que ele pertence a um grupo, a um passado e a uma história. Apesar da referida poesia tratar da memória de uma pessoa ela se remete ao imaginário de toda uma população que brincou ou conhece os rios, os morros, as lendas e a história.

As viagens dos grupos que viveram ou passaram por Camapuã, não foram exatamente de glórias, visto como contato entre grupos diferentes dispostos a defender seus interesses a qualquer custo, por conta disso houve mortes, exploração e desapropriação de terras por aqueles que tinham melhor condição de combate. No sentido como está posto na afirmação “colonizadores avante”, encontra-se a noção de que os colonizadores teriam o aval de escravizar, matar, incendiar, etc. em nome das “glórias” alcançadas por eles.

A poesia também se refere aos jesuítas. Nesse sentido, a biblioteca do IBGE (2007) sustenta que os jesuítas espanhóis procedentes de Guaíra estabeleceram uma redução a três quilômetros da atual cidade de Camapuã, esta foi destruída por bandeirantes paulistas por volta de 1630. São encontrados nos textos: jesuítas, padres católicos da Companhia de Jesus; bandeirantes, principalmente paulistas que se embrenhavam no interior da colônia em busca de indígenas para transformá-los em escravos; e os monçoeiros, estes entravam por via fluvial em busca de ouro e pedras preciosas. Há ainda a denominação de bandeirantismo de monções, equivalendo ao movimento monçoeiro e será evitado aqui para que não haja confusões devido à semelhança dos nomes.

▪ **Fragmentos de inspiração** - no livro de poesias *Fragmentos de inspiração*, do mesmo autor de *Revivendo caminhos*, Cacildo Inácio (199, p. 11) segue com o mesmo estilo e temas de sua primeira obra: “o amor, a natureza, o sertão, o regionalismo de sua terra e de sua gente. A história dos caminhos das monções rumo ao ouro de Cuiabá e uma dedicação especial a sua Camapuã”. A poesia selecionada é *Morros azuis de Camapuã* que faz menção à história da cidade

O escritor se remete à história de Camapuã, expondo a presença dos jesuítas, bandeirantes, monçoeiros até os fundadores da cidade, algumas famílias e habitantes do lugar.

Esta história dos heróis, encontrada nessa poesia de Cacildo Inácio, se refere a uma história tradicional, a qual é caracterizada por Luis Fernando Cerri (1998) como uma idéia de seqüência do tempo lançada a partir da atualidade para o passado. Dessa forma, é possível explicar algumas práticas do tempo presente por meio de um ponto encontrado na história. Este autor ainda coloca a história tradicional como de classe social, dessa forma os atores postos em evidência se reconhecem em um certo estrato social, e se liga a própria afirmação de uma classe.

Para Eric Hobsbawn e Ranger Terence (1984) existem tradições inventadas, as quais podem ser caracterizadas, pela associação feita por uma determinada camada social em prol de sua afirmação. Para tanto, o grupo em questão recorre ao passado para transmitir valores, os personagens citados na poesia são vistos como “heróis de nossa história”, e em função destes se têm um “presente de glória”. A ligação de uma elite local, aos jesuítas, monçoeiros, bandeirantes, algumas famílias citadas e os imigrantes do sul, cria a noção de que há uma vinculação dos “heróis”, são veneradas e passadas as gerações da própria elite, assim como se espalha para toda a população local.

▪ **Caboclo de Camapuã** - o autor de *Caboclo de Camapuã*, Sebastião Lemos da Cunha (1991), nasceu em Água Clara, na época distrito de Camapuã, passou sua infância em

um sítio de seus pais. Na ocasião do lançamento do livro era proprietário de um bar, um hotel, e de um sítio em Figueirão, na época também distrito de Camapuã. Na obra são relatados fatos históricos, lendas, e paisagens de Camapuã. O livro foi publicado com a ajuda da Prefeitura Municipal de Camapuã, Prefeitura Municipal de Costa Rica, por alguns vereadores de Camapuã e Costa Rica, e amigos do autor. Em sua maior parte, o texto foi escrito em forma de poema.

Destacam-se na obra a presença dos indígenas, moradores da região de Camapuã, os caiapós; logo após apresenta-se os padres jesuítas, estes, de acordo com a biblioteca do IBGE (2007) foram expulsos pelos bandeirantes. Contudo, na ordem exposta os monçoeiros, representados pelos irmãos Leme, aparecem antes dos bandeirantes, o que demonstra a confusão de nomenclatura, já comentada anteriormente. Depois do período das monções, Visconde de Taunay passou pelas terras camapuanenses, e tal passagem rendeu algumas referências do varadouro Camapuã em seu romance *Inocência*. Entretanto, é posto pelo autor como “verdade viva e sã”, isso remete ao fato de que na história não existem verdades absolutas, pois, o que há são representações, escritas, de acordo com os valores de quem está fazendo, e interpretadas com os valores de quem as recebe. Em outra passagem, o autor salienta também a paisagem e as qualidades das terras de Camapuã, ao lembrar das “grutas”, “morros”, “córrego” da “terra fértil” do lugar. No período das monções, a fazenda Camapuã produzia o suficiente para abastecer os moradores do lugar e os navegantes. É por este motivo, aliás, que o autor usou a expressão “Terra de Canaã” para se referir à cidade, pois os viajantes tinham um pouco de conforto no percurso até Cuiabá. Em outra vertente, Sebastião Lemos da Cunha (1991, p. 25) faz menção aos “enterros”:

Existe em Camapuã a lenda de que foram enterrados tesouros, nas terras do atual município. Esta lenda é conhecida pelos moradores da cidade, principalmente os mais antigos. Nessa citação o autor coloca que o “enterro” estaria no “castelo dos jesuítas”, dizendo ainda que havia um documento no qual se confirma a existência e o lugar onde se encontra essa riqueza.

▪ **Seios erguidos - Camapuã** - a autora de *Seios erguidos - Camapuã*, Tânia Mara Baes de Brito Gomes (1992), nasceu em Campo Grande e se mudou em 1976 para Rio Verde de Mato Grosso - MS. Na ocasião do lançamento do livro era escritora, com outras publicações locais como: *Vida ao por do sol* e *Enlevos de criança, Rio Verde - sua cultura, sua história, sua gente*. Na obra sobre Camapuã são relatados fatos históricos, lendas, e paisagens de Camapuã. O livro foi publicado com a ajuda da Prefeitura Municipal de Camapuã e amigos da autora.

De acordo com a escritora, houve, em um primeiro momento, invasões de espanhóis, portugueses, bandeirantes, paulistas e monçoeiros, em um período que ultrapassa dois séculos, nesses movimentos, os grupos devastaram o local. Contudo a autora excetua das tentativas de colonização espanhola as “devastações”, destacando os jesuítas, cuja redução foi destruída pelos paulistas. A autora enfatiza mais uma vez ao objetivo das colonizações no período colonial por parte dos europeus, afirmando que eles queriam explorar o que fosse possível, e mesmo os jesuítas, ensinavam técnicas européias para os indígenas, para explorar seu trabalho nas reduções.

No texto, há também um destaque para as viagens de São Paulo a Cuiabá por via fluvial. Em tal contexto, é posto o varadouro de Camapuã, aberto pelos irmãos Leme em 1723, como um sítio de abastecimento aos navegadores. Por essa razão Camapuã ficou conhecida, naquele tempo, como o “oásis dos viajantes”. Há ainda a informação de que “a fazenda Camapuã, apoiados na qual, os seus fundadores sertanistas correram sem contradição alguma” (GOMES, 1992, p. 26). Esse ponto merece uma atenção especial, visto que, pela bibliografia consultada para este estudo, foram encontrados relatos sobre brigas entre os moradores da fazenda Camapuã, e mesmo, com o grupo indígena dos caiapó, vizinhos do varadouro.

A escritora (1992, p. 26) menciona que “no início, os indígenas eram fortemente treinados para serem escravos, mas dificilmente se adaptavam a essa vida, por vários motivos, até mesmo pelo contato com os brancos, que lhes transmitiam doenças e pestes”. Sobre esta afirmação é importante lembrar que a escravidão indígena no Brasil teve, aproximadamente, duzentos anos. Além disso, quando se coloca a falta de adaptação por parte dos indígenas para o trabalho escravo, lembra-se de todo aparato preconceituoso existente até hoje em algumas parcelas da população em considerar o indígena “preguiçoso” ou “insolente”, idéias que devem ser evitadas por parte de comunicadores como escritores, jornalistas, entre outros.

Em outra declaração sobre os indígenas, a autora destaca que eles não conseguiam se adaptar: ou sofriam muito, ou morriam, sabiam que eram feitos pelo Criador, para serem livres e viver em contato direto com a natureza, sem regras e principalmente sem os pesados trabalhos do sistema escravista. No entanto, explicita-se que os indígenas também trabalhavam em suas aldeias para a sobrevivência do grupo, mesmo que em proporções e formas diferentes da adotada pelo sistema escravocrata. Por outro lado, na declaração da autora percebe-se uma generalização no que diz respeito à cultura e organização dos povos indígenas, situados na colônia. Ao mencionar os indígenas, Gomes leva em conta que

existiam naquele período, como na atualidade, vários grupos com cultura, crenças e regras próprias, as quais devem ser entendidas de acordo com suas particularidades.

Evidencia-se a presença da mulher na fazenda Camapuã, elas eram “consideradas ótimas cozinheiras, doceiras, arrumadeiras, porque não dizer também ótimas amas de leite” (GOMES, 1992, p. 38) e até mesmo os trabalhos mais pesados da lavoura eram realizados pelas mulheres. As mulheres estavam presentes em todo o contexto do movimento monçoeiro, na fazenda Camapuã, nas viagens e nas tribos indígenas encontradas no caminho. Esta é uma afirmação óbvia, entretanto nos escritos sobre este movimento o gênero aparece muito vagamente, é como se não fizesse parte deste contexto, uma vez que, remete-se a sociedade colonial, na qual a mulher tinha pouca representatividade, e mesmo na historiografia corrente, os estudos voltados para ela são recentes.

A escritora utiliza J. Barbosa Rodrigues (1993), o qual defende que Camapuã era um oásis, pois ficava a espera dos cansados navegantes fluviais. A cidade se tornou muito conhecida, pois proporcionava aos monçoeiros um período de descanso durante as fatigantes viagens até Cuiabá. As expedições contavam com perigos constantes como mosquitos, febres, sol escaldante, chuvas, cachoeiras, falta de alimento, cobras e animais selvagens. Entre os perigos elencados encontram-se os índios selvagens com suas flechas envenenadas, de fato era um perigo para os viajantes sofrer um ataque de grupos indígenas, entretanto, verifica-se mais uma vez a imagem feita sobre os indígenas, caracterizados como os selvagens, sem lembrar o que havia era a distinção de interesses dos dois grupos, monçoeiros e indígenas, e isso causava conflito.

A autora se refere às lendas de tesouros enterrados por bandeirantes paulistas, garimpeiros, fazendeiros e jesuítas na fazenda Camapuã. Ainda acrescenta “contam que os jesuítas espanhóis enterraram muitos tesouros enquanto fugiam dos paulistas” (GOMES, 1992, p. 27). Com esta afirmação, percebe-se que a fonte utilizada foram os depoimentos de locais, embora os padres jesuítas tivessem suas riquezas, relembra-se do movimento monçoeiro, o qual foi o principal movimento com a presença de ouro em Camapuã.

Existe um relato no livro sobre a presença de curiosos e aventureiros em busca desses enterros, como são conhecidos os tesouros escondidos em Camapuã. Um desses aventureiros foi Júlio Baís, o qual construiu um rancho para abrigar sua comitiva na busca pelas riquezas. No entanto, o que contam os mais antigos, é que ele procurou muito por tesouros, mas só encontrou ossadas humanas. Mais tarde optou pelo garimpo e a criação de gado (GOMES, 1992). Esses relatos sobre a presença de Julio Baís e sua comitiva ainda estão presentes na

memória dos participantes orais dessa pesquisa, no entanto, pelo depoimento de uma parcela, há outro final para o conto relatado por esta autora.

▪ **Casos de Rodovalhos e de sertão** - a autora de *Casos de Rodovalhos e de sertão*, Nair Rodovalho Edwards (1998), nasceu em Figueirão, na época distrito de Camapuã, passou sua infância na fazenda de sua família, com onze anos se mudou para a cidade de Camapuã, onde viveu até os quinze anos. A escritora se graduou em direito pela Universidade Católica de Campinas, mas na ocasião do lançamento do livro morava nos Estados Unidos. O livro é uma genealogia da família Rodovalho, contou com o auxílio financeiro da família da autora.

Recorre-se a Michel de Certeau (1982) na busca da compreensão de uma necessidade da genealogia. Nesse sentido, a constituição da imagem conta com subsídios semânticos. “Desta maneira, para indicar no herói a fonte divina de sua ação e da heroicidade de suas virtudes, a vida de santo, freqüentemente, lhe dá uma origem nobre. O sangue é a metáfora da graça. Daí a necessidade das genealogias” (*Idem*, p. 272-273). Na santificação de determinado grupo estabelecem uma sacralização da ordem estabelecida em que é possível até mesmo substituir uma ordem política por uma “celeste” e transformar os “pobres em reis” (*Ibidem*).

Para escrever a genealogia de sua família, a autora se remete à história de Camapuã, desde o período colonial, quando Portugal e Espanha procuravam aumentar seus domínios no continente americano. Em sua narrativa sobre Camapuã a autora atribuiu o início aos padres jesuítas, em 1593 como posto avançado e teria sido transformado em uma redução. De acordo com a escritora (1998, p. 47) “o lendário oral da região dizia que o povoado que ali existiu era dos Jesuítas Castelhanos, os quais viviam com muitos índios mansos”. Nesse sentido, os “índios mansos”, eram aqueles que mantinham boas relações com os colonizadores. Contudo, ao se levar em conta o termo “mansos”, lembra-se da concepção eurocêntrica da qual as populações indígenas seriam menos dignas, complexas e importantes do que os povos europeus.

Tal missão foi destruída por portugueses que viviam em São Paulo, onde a autora declara “batiam tambor, gritavam, davam tiros de trabuco e lutavam como o diabo” (*Ibidem*, p. 48). Levaram os indígenas que conseguiam apreenderem acorrentados para serem escravos, contudo, alguns morreram na luta e outros conseguiram fugir. Os sobreviventes viram o lugar ser incendiado, e das habitações, só ficaram as residências dos jesuítas, construídas com tijolos e telhas.

Em sua pesquisa, a autora contou com algumas fontes orais, as quais começavam os depoimentos com a frase: “Era uma vez, muito in antes de tudo o mais que já existiu neste sertão [...]” (EDWARDS, 1998, p. 48). Entre as informações recolhidas, existe uma voltada

ainda à redução dos jesuítas em Camapuã, esta explica a origem de um rio bastante conhecido na cidade, cujo nome é Mata-Mata. De acordo com os relatos, um dos padres pulou nesse rio para fugir da invasão bandeirante, quando foi descoberto pelos paulistas foram atrás do jesuíta dizendo: ma mata-mata-mata.

Nair Rodovalho Edwards (1998) alega que a destruição da redução de Camapuã contou com a participação do bandeirante Antônio Raposo Tavares, e a partir de então o lugar passou a ser pouso para os viajantes. Pelas informações colhidas pela autora, acreditava-se que “as bandeiras tinham por finalidade romper a linha de Tordesilhas e alegar o domínio Português” (*Idem*, p. 48). Com esta afirmação volta-se aquela noção do bandeirante “herói”, cujo objetivo era aumentar as terras do Brasil, para que posteriormente fossem usufruídas pelos brasileiros. No entanto, em um primeiro momento, o objetivo das bandeiras era o aprisionamento de indígenas, para servirem de escravos nas empresas brasileiras e também para que os bandeirantes ganhassem dinheiro nesse comércio.

No período em que Camapuã pertencia aos espanhóis, a autora descreve sobre o “possível” desinteresse daquele reino em “fazer alarde sobre sua cidade encantada, onde o ouro, o diamante e as pedras preciosas eram em abundância tal que lhes permitiam encher palácios inteiros com estas riquezas” (*Ibidem*). Contudo, na bibliografia consultada a referência sobre ouro em Camapuã está ligado ao movimento monçoeiro, ou bandeiras de monção. Para o desenvolvimento desta parte da genealogia em questão, a escritora utilizou os depoimentos de moradores locais. Tal contradição aponta para duas deduções: a primeira, de que houve ouro em Camapuã, mas, para fugir do pagamento do quinto real e da concorrência os garimpeiros conseguiram manter certo sigilo para os fiscais do imposto e acabou ficando na memória popular; a segunda, de que como havia muitas descobertas de minas no interior do Brasil, denominado genericamente de sertão, e como existia grande passagem de ouro por Camapuã no período monçoeiro, no imaginário popular este lugar também era um ponto de exploração. Para Edwards (1998, p. 49):

Ao final do Ciclo das Bandeiras, o pouso foi abandonado, exceto pelos caçadores de enterro que vivia por ali furando buraco por tudo que era lado, a procura dos tesouros enterrados. Até hoje ainda encontramos pessoas que acreditam que muita gente se “enricou” ao ganhar um enterro. Diziam que ninguém descobria exceto pelos caçadores de enterro que vivia por ali furando buraco por tudo que era lado, a procura dos tesouros enterrados. Até hoje ainda encontramos pessoas que acreditam que muita gente se “enricou” ao ganhar um enterro. Diziam que ninguém descobriria um enterro se não fosse da vontade do dono do mesmo. [...] Contam ainda que veio gente da Europa, com mapas escritos em latim, e que estes passavam meses cavando, virando e revirando aquela área em busca dos famosos enterros, e assim destruíram todo e qualquer resquício do velho povoado.

Esta lenda ainda é muito viva na memória das pessoas em Camapuã, por meio dos depoimentos para esta pesquisa, também se verificou a presença desse mito no imaginário popular. Em algumas propriedades do município existem buracos feitos em busca do ouro, deixado em outra época. Assim como estórias entusiasmadas de habitantes que “ouviram falar” de um ou outro que “enricou” porque encontrou o enterro, como já escreveu Nair Rodovalho Edwards. Por meio da convicção disfarçada por alguns, a certeza de que eles existem, e mesmo a esperança de sonhar e ser presenteado com um desses, deixam claros os laços dos moradores entre si e com o lugar.

▪ **A saga dos Rodrigues** - o autor de *A saga dos Rodrigues*, José Corrêa Barbosa (2005), nasceu em Jaraguari - MS e passou sua infância na fazenda de seus pais. Morou em Campo Grande e São Paulo, fez o curso de medicina em Florianópolis. O livro é uma genealogia da família Rodrigues, que se estabeleceram, na sua maior parte, em Camapuã. A obra foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

O escritor (2005) remonta a rota percorrida por Antônio Rodrigues de Menezes, o qual utilizou, em 1719, o mesmo trajeto percorrido por monçoeiros paulistas. Destaca que entre os expedicionários havia a superioridade da navegação, herdadas da experiência dos marinheiros, os quais enfrentavam os oceanos utilizando o processo indígena de navegação pelos rios, com canoas de um só tronco. Durante as viagens o piloto, a popa e o proeiro precisavam de quatro a seis homens no remo, e sempre tinham na embarcação carga e armas.

O autor coloca no texto os interesses incentivadores dos monçoeiros, como a busca por aventuras e riquezas e acrescenta que o último item se sobrepunha ao primeiro. Além disso, lembra-se também da importância do comércio, o qual culminava na riqueza mais uma vez. No texto, existe a participação das mulheres durante as viagens, as quais teriam saído das cidades mineiras, goianas e paulistas para fugirem da perseguição em função dos crimes cometidos. Por esse viés, quando as pessoas se instalaram em terras devolutas, havia atividades desordeiras como invasões, promovidas por grupos armados para invadirem vilas e matar desafetos de fazendeiros. No livro, ainda é posto outro episódio que remonta a violência daqueles tempos, e ainda inclui uma outra versão para os enterros de riquezas:

Só que, tanto na ida como na volta, trazendo ouro, as expedições tinham que atravessar o varadouro de Camapuãs, da tribo caiapó, que era guerreira, traiçoeira e infiltrada pelos dois irmãos Leme, Antão e Domingos, clientes espanhóis aquartelados em Miranda e Corumbá, que lhes trocavam armas e munições pelo ouro ou moedas roubadas das expedições governamentais, do Reino do Brasil. Ao pressentirem a possibilidade de ataque, os brasileiros enterravam os potes de barro com moedas ou em lugares previamente

marcados por um referencial, que podia ser uma pedra ou uma árvore (BARBOSA, 2005, p. 32).

Nesse relato é colocada de forma confusa a presença das expedições monçoeiras, da participação dos indígenas da tribo caiapó, como guerreiros e dos irmãos Leme como comerciantes de armas e munições. Além disso, ainda aparece que existiam roubos e ataques contra os representantes do governo, assim como contra a fazenda Camapuã. Nesse contexto, é apontada a necessidade de esconder as moedas existentes, e na preocupação de esconder esse tesouro em pontos com marcos de referência para que fossem encontrados posteriormente. Contudo existem algumas contradições que confundem o leitor, como “tribo caiapó [...] infiltrada pelos irmãos Leme”, é corrente na historiografia o atrito entre o grupo que vivia em Camapuã e os caiapós. Em um outro ponto, fica ambíguo quando se identifica os “clientes espanhóis aquartelados em Miranda e Corumbá”, pois podem ser os irmãos Leme, como espanhóis que trocam, armas ou as moedas e ouro com os Leme. O autor coloca que desse comércio e medo de ataques precisavam esconder suas riquezas, essa seria a origem dos enterros.

É relatado que entre as histórias encontradas em Camapuã, várias pessoas se aventuravam em busca dessas riquezas escondidas. Nessa perspectiva, o escritor completa: “quando jovem, cheguei a ouvir que aquele que encontrasse o tesouro não fosse o enviado para tal descoberta, seria ele vítima de uma maldição, vindo a morrer de forma, terrível” (BARBOSA, 2005, p. 33). Esse mito é visto pelo autor “hoje não simples lenda e, sim, fato real” (*Idem*, p. 32). Baseado na narrativa de sua família é feita esta afirmação da legitimidade, da lenda ou mito como fato real, no entanto recorre-se a Ernest Cassirer (1946) que encontra na crença primitiva o desejo de identificação com a vida em comunidade. Nesse sentido, José Corrêa Barbosa utiliza essa lenda, corrente em sua família e em Camapuã, para a identificação tanto com seu grupo genealógico, quanto com o lugar.

▪ **História do município de Camapuã** - a autora deste trabalho de pesquisa é a professora Maria Olegária Rodrigues Machado, reside em Camapuã e tem sua família nesse lugar. Este trabalho encontra-se em uma pasta na biblioteca municipal de Camapuã, sem data. De acordo com os funcionários da biblioteca municipal este é um dos trabalhos mais utilizados quando algum estudante vai fazer suas pesquisas sobre a história de Camapuã.

A professora afirma que os jesuítas estabelecidos na cidade eram de origem espanhola e saíram da região de Guaíra/PR. O tempo de duração da redução foi de aproximadamente meio século. De acordo com a professora, a permanência dos jesuítas no local foi até 1650,

pois, foram expulsos pelos bandeirantes paulistas, os quais buscavam indígenas para escravizá-los. Ainda atribui aos anos de 1719 e 1723 a fundação da fazenda Camapuã, pelos irmãos José, Fernando, João e Lourenço Leme; os quais percorreram a rota dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari e Paraguai.

Em 1723, criou-se um sítio de abastecimento e proteção aos navegantes no varadouro de Camapuã, entre o Sanguessuga, afluente do rio Pardo e o Coxim, obra esta realizada pelos irmãos Leme com a finalidade de possibilitar o descanso dos bandeirantes que faziam um percurso de 530 léguas por via fluvial, “surgindo” então a Fazenda Camapuã.

Essa estrutura apresentada abrigava além dos viajantes, que iam a busca de ouro em Cuiabá, os representantes do Estado, como o governador Rodrigo Cesar de Menezes. Em 1727 foram concedidas, por cartas de sesmarias, as terras que constituíam a fazenda Camapuã e o pleno domínio do local ao capitão-mor Luiz Roiz Villares (MACHADO, s/d).

Destaca que em 1770 o sítio foi inventariado e partilhado entre os herdeiros do Capitão-Mor Luiz Villares. Já em 1810 os herdeiros de Luiz Roiz-Villares receberam mais quatro sesmarias anexadas a Fazenda Camapuã, essa doação foi outorgada pelo Capitão-General e Governador João Carlos Augusto D'Oynhausen Grevemberg. O documento que confirma essa doação consta da Diretoria de Terras, Minas e Colonização do Estado de Mato Grosso (MACHADO, s/d).

A autora do trabalho explicita a idéia de que em 1826 o Barão de Langsdorff, embaixador russo no Rio de Janeiro, naturalista e colecionador de borboletas, teve uma expedição financiada pela Rússia. A viagem contou com a presença de botânico, zoólogo, astrônomo e o desenhista Hércules Florence, o qual desenhou *Vistas de Camapuã*, quando se hospedaram no sítio. Quando se observa essa obra, é possível verificar a não correspondência ao local exato da parte central da cidade, mas sim, dos morros encontrados nos arredores de Camapuã. Na conclusão do trabalho da professora Maria Olegária Machado (s/d), indica que:

Graças aos desbravadores incansáveis, jesuítas e Bandeirantes, que através dos meios de navegação rudimentar, adentraram nesta rica região que hoje é Camapuã e que faz parte da nossa história. [...] As gerações passadas, e a atual, muito fizeram, entre nós, para arrancar da terra de Camapuã essas culturas, aumentar explorações que desdobram como fontes iniciais de riquezas, em fabricas, escolas, em estradas, linhas telegráficas, em edifícios, nos numerosos benefícios materiais, em suma, que caracterizam a população; dos jovens de hoje depende, porém, não só a conservação do que já conquistamos, mas a sua multiplicação intensa e contínua. [...] Hoje no alvorecer do século XXI, Camapuã não possui mais vestígios materializados do passado, mas poderemos através de fatos históricos, arraigá-los na memória do nosso povo, principalmente de nossos alunos, de forma tal que ao contemplarem nossa cidade, seus morros, possam se reportar a um

passado longínquo e perceber quão importante nossa cidade foi para a colonização do interior brasileiro.

A visão dos “desbravadores incansáveis”, vista em outros momentos, remete a noção “progressista” e “desenvolvimentista”. Assim, há uma diminuição da importância dos outros sujeitos históricos, em que os grupos eleitos se sobressaem, o que auxilia até mesmo, algumas classes e etnias a desenvolverem certos preconceitos, a partir do discurso desenvolvimentista e historicista. Para comentar sob a perspectiva utilizada pela professora, retoma-se Walter Benjamin (1994), o qual reconhece no historicismo uma relação de empatia do investigador com o vencedor, que por sua vez beneficia o dominante. Nessa perspectiva, o historicismo se volta à história universal, em que são privilegiados alguns locais e pessoas, deixando os outros a deriva.

▪ **Camapuã na rota das monções** - a autora deste trabalho de pesquisa é a professora Célia Ortelan de Rezende, que vive em Camapuã com sua família. Este trabalho encontra-se na mesma pasta na qual está o trabalho da professora Maria Olegária Machado na biblioteca municipal de Camapuã, e assim como o outro, este também está sem data. Quando há pesquisas sobre o período monçoeiro em Camapuã, este trabalho, assim como o texto, *A história do município de Camapuã* são os mais procurados, de acordo com os funcionários da biblioteca.

A narrativa se inicia com menção às expedições de bandeirantes, em busca de metais preciosos no século XVII. Essas bandeiras eram compostas “por gente de todo tipo, destacando-se negros, mestiços, índios e uma minoria de homens brancos equipados com armas de fogo, botas de couro e coletes resistentes que os protegiam contra as flechas indígenas” (REZENDE, s/d, p. 1). As monções saíam de Porto Feliz, tal acontecimento era motivo de alvoroço no porto, pois as crianças e os adultos corriam para as margens do rio Tietê, os sinos da Igreja tocavam, o padre rezava missa e dava a bênção, soltavam fogos, conforme os expedicionários seguiam viagem.

Segundo a professora, os irmãos Antão, Domingos, Lourenço e João Leme, que fundaram a rota de Camapuã, eram profundos conhecedores dos sertões, e muito violentos e temidos pelos indígenas. Uma das atitudes que justificam a fama de violência desses homens foi o crime praticado por João Leme, pois este mandou castrar um índio que era amante de sua concubina, e logo depois executou ambos. O varadouro de Camapuã era um bom ponto para as paradas dos viajantes, observando a vantagem estratégica, os irmãos Leme:

Construíram um casarão em forma de sobrado, cercada por um pátio, com capela e senzala. Plantaram roça de milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz.

Criavam porcos, galinhas, cabritos e gado bovino, tendo cerca de 600 cabeças. Existia na fazenda dois carros de bois e cerca de nove juntas de bois para fazer os transportes das embarcações da lagoa até o Rio Camapuã, mas os escravos e índios tinham que transportar muitas cargas e até as embarcações menores em suas costas. Existiam uns ranchos na Lagoa, onde as cargas tinham que ser vigiadas dia e noite para não sofrer os ataques dos índios. Inclusive, enquanto alguns escravos trabalhavam outros ficavam de arma em punho, atentos, contra os Caiapó (REZENDE, s/d, p. 3-4).

A autora ressalta que Miguel Sutil passou por Camapuã. Ele estabeleceu o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá com organização política própria, após ter encontrado rentável mina de ouro em Cuiabá. A referência do período monçoeiro foi demonstrada com o fato de a primeira escola estadual da cidade recebesse seu nome. Há duas possibilidades para a homenagem a esse homem: uma, segundo a qual no período de criação do município de Camapuã, a rota das monções estava realmente presente entre as pessoas; e outra, cujos habitantes que passaram a viver no lugar escolheram esse representante, e o ligou ao local pela idéia de progresso” explícito nos textos encontrados sobre Camapuã. Rezende (s/d, p. 2) ressalta a participação dos indígenas e dos negros nas monções:

Para falar da bravura, do espírito Aventureiro dos Bandeirantes, há necessidade de se destacar aqueles que foram os grandes baluartes das Monções - os índios e negros. Os índios foram os grandes guias, quer enfrentando os perigos dos rios, ou das matas. Foi graças a habilidade dos índios, sua técnica de defesa e de sobrevivência, que muitos bandeirantes se tornaram famosos e encontraram os preciosos metais. Eram índios e negros que iam à frente das Monções nas canoas de Montaria, explorando os rios, removendo galhos de árvores, segurando as embarcações nas correntezas, tirando-as dos rios, algumas vezes, para transpor as quedas d’água, enfrentando os índios bravios, as feras, etc.

Os indígenas e negros são vistos nessa declaração como suporte para a “bravura” e “espírito Aventureiro dos Bandeirantes”, reafirmando mais uma vez a noção dos “desbravadores” corajosos que adentravam no sertão para o “progresso” do Brasil, sem se recordar o fato de eles estarem agindo de acordo com seus interesses. Por outro lado, entre as referências consultadas na biblioteca municipal de Camapuã, esta é uma visão, na qual se faz referência às “habilidades dos índios, suas técnicas de defesa e de sobrevivência”, e mesmo da participação dos negros e sua importância. No entanto, tal ênfase é dada aos indígenas integrantes das comitivas, pois no mesmo parágrafo a autora declara que as expedições enfrentavam os “índios bravios”. Em relação aos negros, encontra-se outra realidade, pois como vieram do continente africano, ou nasceram no Brasil como escravos, já eram tidos pelos monçoeiros como propriedade, para tanto os acompanhavam e faziam os trabalhos pesados.

Rezende (s/d) relembra Cardoso de Abreu para esclarecer que em 1768 a fazenda Camapuã continuava sob a administração de herdeiros dos irmãos Leme, e contava com aproximadamente trezentas pessoas. A fama de Camapuã corria pelo mundo, durante o período aurífero no Brasil. Esta professora coloca a possibilidade da cidade ser visitada por estudantes e turistas em função desse período histórico, evidenciado na história do Brasil. A história de um lugar é muito importante para a comunidade, pois é por meio dela que a sociedade local tem condições de conhecer os caminhos trilhados, promoverem o autoconhecimento, e reconhecer as medidas eficazes, na busca constante pela continuidade que caracteriza a fragmentária existência humana.

▪ **Folders e recortes de jornais** - na pasta em que se encontram os dois trabalhos anteriores também estão, recortes de jornais e folders com informações sobre Camapuã. As publicações sobre a história de Camapuã se dão, principalmente, nos períodos próximos ao aniversário do município. Entre eles está uma cópia de jornal ou folder comemorativo dos 54 anos de emancipação do município, sem identificação, cujo título da folha é: “palavra do prefeito”. Nesse texto se apresenta o discurso do senhor Moisés Nery (2002) sobre a rota das monções:

Emancipado em 30 de setembro de 1948, Camapuã comemora em 2002 o seu 54º aniversário de emancipação. A despeito de ser ainda “jovem”, Camapuã é considerado um dos municípios que mais contribuíram para a formação da história de Mato Grosso do Sul, sendo rota dos jesuítas, dos monçoeiros e dos bandeirantes que desbravaram o Oeste Brasileiro. [...] A fazenda Camapuã é tida como o primeiro núcleo de portugueses em território hoje localizado em Mato Grosso do Sul. Historiadores, contudo, registram fatos relacionados à região em que está situado o município de Camapuã já nos séculos XVI e XVII devido o fato dos exploradores (Bandeirantes, monçoeiros, jesuítas, etc.) que remavam a Cuiabá em busca de ouro terem no Vale do Camapuã um dos melhores pontos de apoio (pousada e reabastecimento).

Aqui, as palavras do prefeito enfatizam a importância da história de Camapuã em relação à formação do estado de Mato Grosso do Sul, ao lembrar a passagem de jesuítas, bandeirantes e monçoeiros. Mais uma vez, esses são tidos como os “desbravadores” do oeste brasileiro, isso remete aquele discurso dos homens corajosos que enfrentaram os “selvagens” para aumentar as terras brasileiras. Contudo, ao nomear os bandeirantes, jesuítas e monçoeiros de “exploradores”, demonstra o objetivo destes em Camapuã, era o de explorar o que fosse possível, os indígenas pelos jesuítas e bandeirantes; o ouro pelos monçoeiros.

Entre os folders encontra-se o referente ao Eco-museu rota das monções. Na tentativa de transformar a rota das monções em produto turístico foi criado um projeto de implantação

do Eco-Museu Rota das Monções, na bacia hidrográfica do Taquari, com sub-unidades iniciais em Camapuã e Coxim, tal empreendimento objetivou um incremento no desenvolvimento turístico sustentável, pretendido para a região. O pressuposto para o projeto foi explorar o varadouro de Camapuã e o arraial do Belliigo (atual Coxim), os quais foram entrepostas de abastecimento das monções e as paisagens do percurso entre um e outro, como potencialidades turísticas. O folder da expedição realizada em 2002 descreve:

A Rota das monções é um produto turístico que reconstitui as expedições do movimento monçoeiro do século XVIII, e agrega a ela a contemplação das belezas cênicas do Rio Coxim, que é uma das portas de entrada para o Pantanal Sul-mato-grossense. São cinco dias de muita aventura pelas evidências históricas e belezas cênicas nos municípios de Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de MT e Coxim, num trajeto fluvial que reporta o participante às epopéias que marcaram a história e a cultura do homem pantaneiro.

Houve mais de uma expedição eco-monçoeira, os locais percorridos de fato são de grande beleza cênica, e, para os turistas que gostam desse tipo de viagem, encontram o pacote ideal. Atualmente esse passeio se transformou em um pacote turístico acessível a qualquer agência desta área que esteja interessada.

Considerações finais

Ao se estudar uma sociedade humana, é importante se reportar à história desse grupo. Cada sociedade tem sua experiência histórica, assim como sua cultura compartilhada formada por essas experiências. Também sua identidade que está diretamente relacionada a esses dois outros fatores. É a partir da reunião dos elementos constituintes de uma sociedade que esta se reconhece e se posiciona diante do outro, e responde as influências exteriores de acordo com os valores, que são construídos em seu território.

Tanto a história, quanto à identidade são indispensáveis em um território, pois é formada em um processo de aprendizagem de valores. A construção da identidade é constante, ao se levar em conta à produção cultural como meio de identificação do próprio grupo em relação ao outro. Além disso, encontram-se as relações de poder e a própria cultura, pois existem as imagens e as representações intimamente ligadas entre si e simbolizadas pelas lutas de poder, entendida como um sinal social de um jogo profundo da personalidade, característica de uma relação prolongada, do sujeito com o grupo e deste com o outro.

Para o levantamento do imaginário popular do período histórico das monções no Brasil, se recorreu à historiografia clássica sobre esse tema, assim como aos textos locais, os

quais enfocam o movimento monçoeiro. A partir daí foi possível perceber o olhar desses escritores camapuanenses, filhos de famílias da cidade, em relação à fazenda Camapuã, e a maneira com que o monçoeiro, os indígenas, os negros, as mulheres, e os moradores desse sítio de abastecimento ficaram registrados.

Encontrou-se no movimento monçoeiro, por meio da historiografia, fatores que fazem com que as pessoas se identifiquem com o local, e se reconheçam como pertencentes daquela comunidade, itens indispensáveis ao desenvolvimento local. Assim, o que se encontra no município, vai muito além do substrato físico, pois existem pessoas que têm suas vidas interligadas por laços criados pela convivência, pela história, cultura e identidade compartilhada, formando uma territorialidade. Itens que contribuem de forma significativa para a satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Referências

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil (1711)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- BARBOSA, José Corrêa. *A saga dos Rodrigues*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIBLIOTECA IBGE. *Camapuã, Mato Grosso do Sul: histórico*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/camapua.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2007. 14h19min.
- CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - a sociedade em rede*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CERRI, Luis Fernando. Non ducor, duco: A ideologia da paulistanidade e a escola. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 abr. 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CUNHA, Sebastião Lemos da. *Caboclo de Camapuã*. Campo Grande: Associação dos novos escritores de Mato Grosso do Sul, 1991.
- EDWARDS, Nair Rodovalho. *Casos de Rodovalhos e de sertão*. Campo Grande: Associação de novos escritores de Mato Grosso do Sul, 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Globo, 1998.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Círculo do livro S.A., 1933.
- GOMES, Tânia Mara Baes de Brito. *Seios erguidos Camapuã*. Campo Grande: Associação dos novos escritores de Mato Grosso do Sul, 1992.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E. e CENEÑA, A. E. (orgs.). *La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso. 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOBSBAWM, Eric, e RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, Tomo I, vol. I.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 326p.
- INÁCIO, Cacildo. *Fragments de inspiração*. Campo Grande: Destaque - Editora e Promoções Ltda, 1991.
- INÁCIO, Cacildo. *Revivendo os caminhos*. Campo Grande: Grafscreen, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- MACHADO, Maria Olegária. *História do Município de Camapuã*. Camapuã:[s. ed.], [s/d].
- NERY, Moisés. *Palavra do prefeito*. [s. l.]: [s. ed.], 2002.
- POLLAK Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.
- REZENDE, Célia Ortelan de. *Camapuã na rota das monções*. Camapuã: s/e. s/d.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Escritor Ltda, 1993.
- SAINSAULIEU, Renauld. A identidade no trabalho ontem e hoje. *Contemporaneidade e educação*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 9, p. 56-73, 1. sem. 2001.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *Território: globalização e fragmentação*. Milton Santos et al. (orgs). São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al (orgs.). *Geografia - conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. Trad. Maria Helena Queiroz. In. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 66, v. 2, junho 1976.